

Memória de Reunião

Assunto:	14ª Oitiva sobre Algicultura e Malacocultura para o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável		
Data: 04/11/2025	Início: 9:00h	Fim: 12:00h	Local: videoconferência com gravação
Relator:	Williane Ferreira Menezes		

DESENVOLVIMENTO:

1. A Secretária Nacional de Aquicultura, Fernanda de Paula, deu início à reunião às 09h00 no Sebrae em Florianópolis (SC). É dito que o Sebrae desenvolve diversas ações de apoio à algicultura e à aquicultura, incluindo consultorias tecnológicas, avaliação de produtos e parcerias com instituições como a Epagri e a UFSC para testar o uso de extratos agrícolas como biofertilizantes. A instituição também atua fortemente nas indicações geográficas, integrando inovação, conhecimento e cooperação para promover o desenvolvimento sustentável. A fala destaca a longa parceria do Sebrae com o setor aquícola e sua importância para o empreendedorismo no campo. Ao final, a palavra é passada para Kalinka, representante da Comissão Nacional de Aquicultura. (00:00 -)
2. Kalinka cumprimenta a todos e diz ser um prazer representar os produtores e a Comissão Nacional de Aquicultura, presidida por Francisco Farina. Ela destaca a importância das oitivas do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e agradece aos parceiros estratégicos — especialmente o Sebrae e o MPA — pelo apoio na busca de soluções para os problemas da cadeia produtiva. Ressalta que o objetivo é fortalecer e estruturar a aquicultura para que continue crescendo como um dos principais setores de produção de proteína animal. Finaliza dizendo que a CNA está sempre presente nas iniciativas com o MPA e o Sebrae, apesar de, pessoalmente, não poder estar presente devido a outros compromissos, e deseja uma boa reunião a todos.
3. Apresentação das pautas da reunião:

Apresentação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura

1. A Secretária Fernanda agradece a Kalinka e reforça que a CNA é uma parceira importante para a cadeia produtiva, não só da aquicultura, mas também de outras produções animais. Ela destaca a relevância do Programa de Assistência Técnica, que ampliou muito o acesso dos produtores ao suporte técnico, especialmente em regiões onde antes isso não era possível por questões financeiras ou de distância. Reconhece o trabalho do Senar, da Faesc e de outras entidades que atuam diretamente no campo. Em seguida, inicia a apresentação explicando que estão trabalhando no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura, conduzido por ela, Luciene e Juliana, com o apoio das diretorias (DDI e DEAU). O foco atual é mobilizar os atores da Câmara Produtiva, ouvir as demandas das regiões e transformar esse diagnóstico em propostas concretas, não apenas em levantamentos. Ela também explica brevemente a atuação dos departamentos envolvidos: desenvolvimento de planos, ordenamentos, levantamentos de dados, fiscalizações e organização das áreas aquícolas, todos participando da construção do plano.
2. Fernanda explica que o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura está sendo construído com foco nas cadeias produtivas, reunindo os principais atores de cada segmento, em vez de realizar visitas presenciais em todas as regiões do país. Ela detalha que o plano contempla a piscicultura de espécies convencionais e nativas, reforçando a importância de valorizar também os peixes nativos, mesmo com a tilápia representando mais de 65% da produção nacional, além da ranicultura, da carcinicultura, da piscicultura ornamental, da malacocultura e da algicultura, que

contarão com a participação presencial da equipe técnica.

3. Em seguida, Fernanda comenta que o plano foi originalmente previsto no decreto do ProAqui e tem como objetivo consolidar, qualificar e expandir a aquicultura nacional, fortalecendo instituições, políticas públicas, organização produtiva e práticas sustentáveis. Ao todo, o plano reúne quinze ações alinhadas às demandas do setor, motivo pelo qual as oitivas estão sendo realizadas: para compreender as necessidades reais da cadeia e transformá-las em propostas efetivas. Ela destaca que o processo atual busca definir metas e ações a partir dessas demandas, identificar desafios estruturais, propor soluções que aumentem a produtividade e competitividade e aprimorar as condições para o desenvolvimento sustentável do setor, especialmente diante de dificuldades recentes, como questões relacionadas à taxaço. O trabalho está sendo conduzido em parceria com o Sebrae, o Senai e a CNA. Para fundamentar a construção do plano, a equipe utiliza como base o antigo Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura, que, embora tenha sido elaborado no passado, não chegou a ser implementado. Estão sendo consideradas também as oitivas online, as validações presenciais e o Guia de Boas Práticas da Aquicultura Sustentável. Ao finalizar, Fernanda explica que esses elementos formam o alicerce para a construção do plano e passa a palavra para Felipe Matias, que dará continuidade à apresentação.

Apresentação de Felipe Matias - Sebrae (coordenador do Plano)

1. Felipe Matias inicia agradecendo pela participação nas oitivas e cumprimenta a secretária Fernanda, destacando a importância que ela teve ao compreender a necessidade de adaptar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura (PNDA) aos novos tempos. Ele lembra que, nas oitivas virtuais anteriores, já havia apontado essa necessidade, especialmente diante das mudanças ocorridas nos últimos três anos, impulsionadas pela internet das coisas, inteligência artificial, big data e outras inovações que transformaram diversos setores. Segundo ele, a agricultura e a aquicultura também precisam se ajustar a essa nova realidade, e por isso agradece ao Sebrae, à CNA e à própria secretaria pelo entendimento e apoio. Felipe também saúda antigos colegas de trabalho presentes na reunião e lembra a atuação conjunta no passado, especialmente no processo de regularização das áreas de maricultura. Ele comenta que, naquela época, houve avanços importantes na regularização, mas que a gestão dessas áreas acabou não avançando devido a problemas de desarticulação entre os ministérios.
2. Em seguida, Felipe se apresenta: é engenheiro de pesca, com mestrado e doutorado em aquicultura, além de administrador de empresas com outro mestrado na área. Conta que está finalizando um segundo doutorado, agora sobre economia azul, tema que passou a estudar mais profundamente. Ele menciona ter 31 anos de formação profissional e que iniciou sua carreira no interior do Ceará, trabalhando com o desenvolvimento da piscicultura e da carcinicultura. Relata como o estado chegou a ser o maior produtor e consumidor de tilápia do país, passando por oscilações, mas retomando o ritmo de crescimento. Destaca também que o Ceará se tornou o maior produtor de camarão cultivado do Brasil, com inovações como a interiorização do cultivo — atualmente, há produção de camarão marinho a quase 400 km do litoral. Felipe continua contando sua trajetória, dizendo que passou a segunda parte da carreira em Brasília, onde atuou inicialmente como coordenador de extensão da antiga Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Após seis meses, tornou-se diretor de desenvolvimento da aquicultura e, posteriormente, com a criação do Ministério em 2009, assumiu o cargo de primeiro Secretário Nacional de Aquicultura. Ele lembra que permaneceu sete anos em Brasília, coordenando equipes e políticas públicas para o setor, visitando todos os estados brasileiros e trabalhando especialmente com ordenamento e regularização. Naquele período, um dos maiores desafios era regularizar o uso de águas da União, já que muitos produtores atuavam sem autorização formal, tanto na maricultura quanto nos parques aquícolas continentais localizados em grandes reservatórios do país.
3. Felipe Matias continua relatando sua trajetória e experiência para contextualizar seu papel na coordenação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura. Ele explica que, antigamente, existiam três decretos que regulamentavam o setor, mas nenhum funcionava bem. O terceiro decreto, de 2013, foi o primeiro que realmente permitiu avanços, possibilitando as primeiras concessões de áreas aquícolas. A primeira delas ocorreu em 20 de março de 2009, data que, por esse motivo, se tornou o Dia Nacional da Aquicultura, fato que, segundo ele, muitos

desconhecem. Essas primeiras concessões aconteceram na região de Itaipu. Após sua saída do Ministério, Felipe trabalhou por três anos como consultor da FAO, atuando na América Latina e Caribe e acumulando experiência em mais de 40 países, sempre conectado à aquicultura. Há dez anos, retornou para Fortaleza, onde criou sua empresa e manteve parcerias com instituições como o Senai e o Codevasf, até ser convidado para coordenar o atual plano. Ele relembra que participou da elaboração do primeiro Plano Nacional de Aquicultura, entre 2008 e 2011, quando o Brasil produzia cerca de 250 mil toneladas e estabeleceu como meta alcançar 500 mil toneladas. Na época, muitos consideraram a meta irreal, mas, ao final do período, o país ultrapassou esse número, atingindo 520 mil toneladas, mérito dos produtores, reforça Felipe, mas impulsionado por um planejamento consistente. Felipe descreve também o processo de desarticulação institucional que levou à extinção do Ministério da Pesca em 2015. Antes disso, diante da fragmentação do setor e da existência de 56 associações nacionais, ele ajudou a articular a criação da PGBR, tornando-se seu primeiro diretor executivo. Logo depois, recebeu novamente o convite para voltar ao Ministério, dessa vez pelo então ministro Helder Barbalho, com a missão de tentar salvar a pasta, missão que, segundo ele, fracassou. Ele faz questão de assumir o fracasso, destacando que, embora muitos prefiram falar apenas dos acertos, reconhecer erros faz parte do processo.

4. De volta ao setor privado, Felipe seguiu trabalhando, mas o destino o levou novamente ao governo durante a transição presidencial, quando foi convidado para integrar o grupo responsável pela pesca e aquicultura. Foi relator desse grupo e auxiliou na reconstrução do Ministério, revertendo o fracasso anterior. Ele lembra que ainda há resistência à existência de um Ministério próprio, mas defende que políticas públicas só se fortalecem quando existe um órgão responsável e estruturado, algo que requer continuidade e firmeza. Felipe enfatiza, então, que não está ali como um consultor comum contratado pelo Sebrae, mas como alguém que participou da construção de todos os grandes planos nacionais da aquicultura, incluindo a elaboração da base do PNDA, mesmo sem buscar reconhecimento formal ou remuneração na época. Relembra sua experiência em planos estaduais no Ceará, Pará e Piauí e em projetos internacionais no Paraguai e Costa Rica, reforçando sua familiaridade com planejamento e gestão da aquicultura.
5. Ao olhar para o presente, ele afirma que, com toda essa vivência, tem clareza de que grande parte das soluções para o desenvolvimento da aquicultura não virá de dentro do próprio setor, mas de áreas externas, e que isso precisa ser incorporado ao novo plano. Segundo ele, quando a aquicultura fala apenas para si mesma, tenta convencer o próprio setor daquilo que já sabe: que é um grande agronegócio, uma atividade estratégica, capaz de gerar emprego, renda e segurança alimentar. O desafio não é convencer os produtores, mas convencer a sociedade, que frequentemente enxerga a aquicultura como poluição, espécies invasoras ou ameaça ambiental. Ele cita, como exemplo, a recente proposta da Conabio sobre espécies invasoras, contra a qual o Ministério está atuando firmemente. Por isso, Felipe conclui que o plano precisa incorporar uma estratégia de comunicação robusta, que mostre para a sociedade, e não para o próprio setor, o que realmente é a aquicultura e sua importância.
6. Felipe explica que, enquanto o setor da aquicultura já está convencido de sua importância, o plano precisa olhar para fora e incorporar inovações. Ele conta que, há três anos, no Chile, ajudou a criar uma Aliança Internacional de Inovações para a Aquicultura, formada por representantes dos cinco continentes, com a missão de identificar, desenvolver e disseminar tecnologias inovadoras. Todos os anos ocorre o congresso InnAqua, onde essas inovações são apresentadas, e ele defende que o Brasil precisa trazê-las, adaptá-las e aplicá-las. Ele esclarece que inovação não é apenas robotização ou automação; inclui também mudanças de manejo que aumentam a rentabilidade. Como exemplo, cita o cultivo de camarão no Ceará, onde reduzir a densidade diminuiu custos, consumo de ração e aumentou a rentabilidade, mesmo com queda de produtividade, algo especialmente importante para pequenos produtores, que representam cerca de 90% da aquicultura brasileira.
7. Felipe lembra que os participantes já passaram por etapas anteriores das oitavas: primeiro a metodologia, depois o envio das contribuições e agora a apresentação das conclusões para validação. Ele reforça que ninguém ali precisa ser convencido sobre a importância da aquicultura e explica o cronograma: já ocorreram reuniões presenciais com setores como piscicultura, cultivo de nativos, algicultura e malacocultura, e outras ainda ocorrerão. Com isso, o documento base será elaborado e servirá de norte para o Plano Nacional, que deve ficar pronto em dezembro. Depois

disso, o plano seguirá para discussão pública na assessoria de participação social, onde será importante que o setor esteja presente, já que há instituições que se opõem à aquicultura. Ele reforça que o plano não foi criado por um consultor isolado, mas construído coletivamente, com mais de 600 participantes e mais de 500 contribuições sintetizadas. Por fim, explica que apresentará rapidamente os cerca de 78 slides e que dúvidas serão discutidas ao final, para concluir o processo ainda na manhã da reunião. (0000 - 00:52)

8. Felipe explica que a apresentação reúne as conclusões e recomendações construídas a partir das contribuições do setor, organizadas em quatro macrotemas: marco regulatório, capacitação, tecnologia e mercado. Ele destaca que o principal gargalo continua sendo a regularização — tanto a cessão de águas da União quanto o licenciamento ambiental — que, embora tenha avançado com a modernização de normas, ainda é burocrática e desarticulada entre União, estados e municípios. Ressalta a necessidade de harmonização normativa, digitalização dos processos, pactuação entre esferas de governo e fortalecimento da governança para evitar problemas como o colapso do Castanhão. Na capacitação, Felipe enfatiza que o produtor brasileiro sabe produzir, mas muitos não sabem gerenciar a atividade; por isso, a assistência técnica precisa ser contínua, acessível, qualificada e digitalizada. Ele cita experiências bem-sucedidas de extensão digital que geraram ganhos de produtividade, reforçando que a grande maioria dos produtores é pequena e depende de orientação permanente. Sobre tecnologia, explica que inovação não se restringe à automação: inclui organização, mercado e processos. Destaca oportunidades em sistemas multitróficos, economia circular, biotecnologia de microalgas e potencial regenerativo da aquicultura. No tema de competitividade, aponta desafios de comercialização, fiscalização e risco sanitário, especialmente visíveis em setores como a malacocultura e o camarão, que sofreram quedas de produção.
9. Felipe apresenta recomendações: simplificar o marco regulatório sem esperar unificação total entre os entes, estruturar uma rede perene de assistência técnica, desenvolver projetos-piloto regionais e específicos por cadeia, avançar em rastreabilidade digital e propor linhas de crédito adaptadas às peculiaridades de cada setor. Por fim, enfatiza que aumentar o consumo interno é estratégico, lembrando que muitos produtos da aquicultura ainda não chegam à maior parte dos municípios brasileiros e que melhorar essa distribuição representa uma oportunidade enorme de crescimento. (0000 - 1:03:49)
10. Felipe explica que, a partir das contribuições enviadas pelo setor, a equipe consolidou as conclusões e as converteu em recomendações para orientar o plano. Ele afirma que a aquicultura brasileira tem uma grande oportunidade de dar um novo salto de desenvolvimento. Lembra que, historicamente, o país já passou por momentos de forte crescimento: em 2003 a produção era de cerca de 250 mil toneladas; em 2012 ultrapassou 530 mil; e agora, de acordo com os dados oficiais do IBGE — que são os que o governo deve usar — o Brasil está muito próximo de atingir 1 milhão de toneladas. Felipe destaca que, ao alcançar essa marca, o país entrará em um grupo seleto de cerca de doze nações que produzem mais de um milhão de toneladas de organismos aquícolas. Ele projeta que isso deve acontecer nos próximos dois anos, ou certamente dentro dos próximos cinco. Ressalta ainda que, entre esses países, poucos têm um mercado interno e uma diversidade produtiva comparáveis aos do Brasil, talvez somente China e Índia. (1:03:49 - 1:20:12)
11. Segundo ele, o setor tem uma ótima perspectiva pela frente, desde que consiga buscar apoio de outras áreas, encontrar soluções conjuntas e se adaptar às novas demandas, de modo a consolidar esse novo salto. Afirma que essa é a proposta do trabalho conduzido pelo Ministério, Sebrae e CNA por meio do plano em elaboração. Felipe também agradece a participação expressiva da cadeia, que foi uma das que mais contribuiu, com quase 80 pessoas presentes na oitava virtual, e destaca que esse engajamento demonstra tanto a preocupação com os problemas vividos hoje quanto a confiança no processo. Finaliza deixando o espaço aberto para manifestações e observações de Fernanda, Juliana ou demais representantes do Ministério. (1:20:12 - 1:30:17)

Contribuições dos stakeholders

1. Fábio que está na plateia destaca pontos críticos relacionados à rastreabilidade, fiscalização e organização da cadeia produtiva. Ele observa que a Semana do Pescado não contempla a malacocultura, o que reduz visibilidade e oportunidades de mercado. Lembra que plantas

certificadoras poderiam ampliar o acesso a mercados distantes, como o caso de um cliente do Mato Grosso que primeiro conheceu ostra certificada para depois adquirir outro produto, mas ressalta que investir em marketing é difícil quando o setor ainda carece de segurança e estrutura. Ele chama atenção para um problema grave em São Paulo: no CEAGESP ainda há venda de mexilhão sem qualquer certificação, muitas vezes sem refrigeração e, possivelmente, produto de dias anteriores. Esse cenário gera concorrência desleal com produtores regularizados e coloca consumidores em risco. Um caso de intoxicação poderia levar o mercado a preferir mexilhão importado, como o chileno, que apesar de aparência inferior, tem maior garantia sanitária. (1:30:17 - 1:34:22)

2. Fábio também questiona a ausência da Anvisa no processo. Para ele, a fiscalização não deve recair apenas sobre quem está regularizado, mas principalmente sobre quem atua de forma clandestina. Ele relata que denúncias a superintendências geraram ações pontuais, porém insuficientes, e defende que o setor só conseguirá se fortalecer se houver organização, seja por incentivo, seja por fiscalização efetiva. Em seguida, acrescenta que, ao longo dos anos, iniciativas da FENAOSTRA, da indústria e do IFSC chegaram a levar ônibus por todo o litoral catarinense, promovendo o setor e distribuindo cartilhas. Muitas empresas abriram suas portas para receber visitantes e divulgar boas práticas. Mesmo assim, ainda há venda de mexilhões provenientes de áreas que não poderiam ter sido cultivadas, o que reforça a necessidade de controle. Ele defende que a cadeia deve ser tratada como prioridade e que a Semana do Pescado também precisa trabalhar o mercado de moluscos, pois existem empresas com capacidade de abastecer o país inteiro. Fábio lembra que Florianópolis já teve na carne de molusco um dos produtos mais importantes em volume de envio para outras regiões, algo que já não ocorre hoje. Para ele, isso é mais um sinal claro de que a cadeia, aos poucos, está perdendo força, e que ações estruturadas são urgentes para evitar que continue encolhendo. (1:34:22 - 1:38:33)
3. Felipe agradece as colocações de Fábio e afirma que elas são pertinentes. Ele explica que esses pontos não apareceram no material porque não estavam entre as contribuições enviadas previamente pelo formulário, mas que já está anotando tudo para incluir no documento. Reforça que esse é justamente o objetivo das oitivas: captar aquilo que não chegou pelas vias formais. Felipe lembra que haverá uma última oitiva presencial em Brasília e pede que Fábio envie suas observações por escrito, da forma como ele considera mais adequada, para que possam ser incorporadas de maneira precisa ao plano. Ele concorda totalmente com a crítica sobre a Semana do Pescado não contemplar a malacocultura e chama isso de absurdo. Diz que há debates antigos em que alguns queriam restringir o evento apenas aos peixes, mas que isso não faz sentido. Nesse momento, Rafael intervém para esclarecer que a Semana do Pescado já não é coordenada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura desde 2015. Hoje, ela é organizada pelo setor produtivo, principalmente por meio da FIESP, em São Paulo, com participação de diversas entidades. O evento busca agregar o máximo de segmentos, e as portas estão abertas para participação da cadeia de moluscos, mas isso precisa ser articulado junto às entidades como ABRACEL e outras representações do setor. (1:38:33 - 1:40:47)
4. Serginho da EPAGRI comenta que há muita conversa acontecendo para que a Semana do Pescado seja realizada com participação mais ampla, inclusive envolvendo a Brasil (provavelmente ABRAPES ou entidade correlata) e também restaurantes do Senac. Ele reforça que, atualmente, o evento não está oficialmente dentro do Ministério, sendo coordenado majoritariamente pelo setor produtivo. Segundo Serginho, o conselho está sempre buscando ampliar a participação, especialmente porque a aquicultura e a pesca fazem parte do CONPESCA, e essa abertura precisa ser divulgada ao setor produtivo, que muitas vezes desconhece essa possibilidade. Assim, o setor pode ser provocado a participar mais ativamente e ajudar na mobilização. Serginho diz também que sentiu falta de abordar um tema já levantado em outra oitiva virtual: a criação de um fundo de apoio para os maricultores durante períodos de interdição, especialmente por conta de maré vermelha. Ele explica que esse é um problema recorrente: quando ocorre maré vermelha, o produtor fica impedido de comercializar, mas isso não se caracteriza como seguro, portanto a perda é real e sem cobertura. Há anos se realizam seminários sobre isso, mas ainda não se chegou a uma solução. Ele reforça que é urgente estudar uma forma de estruturar esse mecanismo de apoio, porque as interdições por maré vermelha têm causado prejuízos significativos nos últimos anos, e o setor está sentindo esses impactos de maneira muito forte. (1:40:47 - 1:53:11)
5. Felipe e uma participante da plateia comentam que o setor chegou ao ponto atual depois de anos de

dificuldades e falta de estrutura, e que muitas mudanças só acontecem quando há algum choque ou crise que força a virada de chave. Eles questionam por que a malacocultura ainda não passou por essa transformação, e afirmam que, sem fiscalização e responsabilização, isso não vai acontecer. Para eles, o problema não é entre “pequenos” e “grandes”, porque na prática ninguém é realmente grande no setor. Muitos produtores considerados “pequenos” têm volume maior do que as poucas empresas chamadas de grandes. A diferença central é que vários produtores não formalizam a produção: não emitem nota fiscal, não registram GTA, não declaram produção anual. Isso distorce os números e prejudica a gestão.

6. Felipe relata que, no relatório anual de produção, apenas uma parte dos produtores de Florianópolis registrou algum documento, enquanto muitos outros não apresentaram nenhuma informação formal. Ele reforça a fala de Fábio ao dizer que essa falta de documentação impede que o setor avance, lembrando inclusive de exemplos familiares e de como, no início, até o pai dele resistia a formalizar a parte burocrática. Para ele, fiscalização não é para punir, mas para organizar, como ocorre com a vigilância sanitária: quando ela exige protocolos, melhora-se o padrão de toda a cadeia.
7. Juliana Lopes complementa trazendo as dificuldades enfrentadas na renovação de licenças em anos anteriores, especialmente pela falta de rastreabilidade das formas jovens. Ela relata que, ao cruzar informações de produção e compra de sementes, os números não batiam, o que travava o processo. Conta que até hoje é difícil identificar corretamente quem produziu quanto, porque muitas notas não são emitidas ou são emitidas fora de horário, sem registro formal adequado. Por isso, ela afirma que este ano o RAP terá perguntas novas exigindo número de registro na Secretaria da Fazenda, na CIDASC e comprovações de GTA, para tentar reduzir essas distorções. Juliana também menciona a necessidade de definir um “patamar mínimo” para que um produtor seja reconhecido como tal, porque há casos de pessoas declarando volumes incompatíveis com a realidade da atividade, o que distorce relatórios e prejudica políticas públicas. Para ela, a governança do setor depende de gestão e não apenas de concessões, exigindo a participação conjunta do governo, iniciativa privada, academia e sociedade civil para identificar problemas e soluções rapidamente. Por fim, ela aborda a questão das importações: destaca que a entrada crescente de moluscos de outros países, especialmente produtos mais baratos, prejudica a indústria local e pressiona os preços. Ao mesmo tempo, alerta que proibir importações não é solução simples, porque isso geraria retaliação internacional e limitaria exportações brasileiras. Para ela, a saída real é aumentar a competitividade interna, produzir com menor custo e maior eficiência, e ao mesmo tempo avançar em validação técnica, projetos de pesquisa, uso de macroalgas e participação mais ativa do setor no Ministério. (1:53:11 - 1:56:47)
8. Felipe explica que muitos dos problemas apontados não dizem respeito diretamente ao Plano Nacional, mas sim à falta de organização setorial. O plano é uma política pública, discutida com o Ministério, mas várias questões dependem de a cadeia produtiva se organizar internamente. Ele destaca que, dentro da CONAP, já existem câmaras específicas para o camarão e para a tilápia, que funcionam como espaços técnicos contínuos de debate. Porém, não existe nenhuma organização estruturada representando a malacocultura ou a algicultura, o que impede que o setor tenha presença nesses fóruns e dialogue diretamente. Felipe diz que já conversou com a Secretaria sobre criar uma nova rede ou estrutura para permitir essa participação e que isso pode ser avaliado. (1:56:47 - 1:59:11)
9. Serginho complementa dizendo que seria melhor concentrar o foco do debate, porque há muitas demandas e lugares interessados. Ele comenta que, no comércio, redes de supermercado fazem grandes promoções de salmão e bacalhau, o que dificulta a atenção ao produto nacional. Depois, ele retoma um ponto já discutido em outras reuniões: a enorme diferença entre regiões do Brasil. Ele explica que, no Nordeste, muitos projetos foram descontinuados por falta de apoio do governo estadual e pela troca constante de profissionais. Projetos de algicultura foram implantados, mas ficaram sem continuidade, deixando produtores sem acompanhamento. Ele destaca que o contexto nordestino não pode ser comparado às áreas mais estruturadas, como Santa Catarina, lá, o produtor iniciante está em situação completamente diferente de quem já tem manejo consolidado há décadas. (1:59:11 - 2:02:47)
10. Serginho lembra que no Nordeste ainda há produtores que trabalham de forma semisselvagem,

coletando semente no ambiente natural para abastecer a engorda, com dificuldade de acesso a materiais e insumos. Por isso, quando o Sul fala em números grandes de produção ou em regularidade de GTA, isso não se aplica da mesma forma ao Nordeste. Ele pede que essas diferenças regionais sejam consideradas no plano. Ele também reforça que projetos pilotos precisam ser adequados a cada realidade. Cita visitas técnicas feitas por especialistas que observaram que, em algumas regiões, o cultivo de moluscos é praticamente inviável sem adaptações significativas. Por isso, o plano deve prever instrumentos para apoiar projetos pilotos, mas com diretrizes específicas por região, e não simplesmente replicar o modelo de Santa Catarina no restante do país. Por fim, ele enfatiza que discussões sobre licenciamento precisam considerar essas particularidades regionais — sistemas produtivos, condições ambientais e estrutura existente — para que o plano funcione de forma justa e aplicável em todo o país. (2:02:47 - 2:07: 35)

11. Valéria Gelli tem dificuldades em falar por estar online e envia um audio para Juliana Lopes que o apresneto no evento. Valeria agradeceu à Secretária Fernanda de Paula e a Diretora Juliana e cumprimentou todos os presentes e colegas. Em seguida, destacou a importância da pesquisa científica, afirmando que a pesquisa não é uma ação isolada e que, antes de qualquer avanço, são necessários diferentes estudos em diferentes regiões. Por isso, solicitou que o plano traga de forma explícita o tema da pesquisa científica, não apenas por meio de unidades demonstrativas, mas como incentivo direto à pesquisa junto aos produtores. (2:07: 35 - 2:08:22)
12. Silva apresentou-se como representante da Primária Cultura, empresa produtora de camarão orgânico e de um laboratório de produção de sementes de bolsa nativa no Rio Grande do Norte. Ele reforçou a fala de Jefferson sobre a importância de projetos piloto em diferentes regiões, destacando que sua equipe tem obtido resultados muito positivos utilizando canais de abastecimento de fazendas de camarão e cultivo de ostras. Segundo Silva, durante muito tempo acreditou-se que essa integração não funcionaria, mas, em apenas sete meses, conseguiram animais com mais de 10 cm, um resultado expressivo, demonstrando que há grandes oportunidades de diversificação e desenvolvimento tecnológico, algo já observado em diferentes países. Ele enfatizou que, para que o setor evolua, é essencial considerar as particularidades regionais, incluindo volume de produção, características ambientais e condições locais. Assim, pediu que o plano leve isso em conta, pois será determinante para o sucesso da atividade nos próximos dez anos. (2:08:22 - 2:10:45)
13. Silva também apontou a ausência de um tema importante: a água. Ele afirmou que os produtores “produzem na água” e dependem totalmente dela, mas muitas vezes esse recurso é negligenciado nas discussões. Comentou ainda o conflito existente com o saneamento em regiões da Bahia, onde ocorre dumping de esgoto em áreas de produção, especialmente relevante por se tratar do maior polo de mexilhões do Brasil. Diante disso, perguntou onde, dentro das propostas do programa, se encontra a abordagem sobre qualidade da água, já que isso é fundamental não apenas para a malacocultura, mas também para a algicultura, que está crescendo de forma acelerada. Ele citou o trabalho sobre capacidade de carga e índices de sustentabilidade, reforçando a necessidade de inserir esse componente no planejamento. (2:10:45 - 2:12:56)
14. Felipe respondeu inicialmente esclarecendo um ponto sobre os projetos piloto. Ele afirmou que não se trata de implementar pilotos em regiões específicas, mas sim de criar ferramentas dentro do plano que incentivem iniciativas piloto de diversos tipos, seja em licenciamento, sistemas produtivos, inovações técnicas ou projetos de economia circular. O objetivo é permitir que ideias, tecnologias ou soluções sem escala comercial possam ser testadas e impulsionadas com apoio institucional ou financiamento. Sobre a água, Felipe explicou que existem diferentes escalas de análise: Análises de responsabilidade do produtor, relacionadas ao impacto direto da atividade; Análises sanitárias, a cargo de órgãos de saúde pública; Monitoramentos ambientais realizados pelos órgãos gestores dos corpos hídricos; Avaliações mais amplas, como as redes de monitoramento e estudos de impacto regional. Ele citou o projeto de monitoramento realizado em Santa Catarina com a Epagri, o trabalho em áreas costeiras na Bahia e destacou a revisão em andamento da Resolução CONAMA 413, que trata do licenciamento. Explicou que a revisão deverá atualizar portes produtivos, responsabilidades e parâmetros de monitoramento, adequando exigências à realidade de cada região. Mencionou que, para a malacocultura, a proposta é que pequenos produtores façam apenas um monitoramento anual de sedimento e entreguem relatório anual de produção. (2:12:56 - 2:17:11)

15. Felipe reforçou que muitos problemas relacionados à qualidade da água não são causados pela aquicultura, mas por fontes externas, como esgoto urbano, agricultura ou impactos de outras cadeias produtivas. Por isso, a solução depende de vários stakeholders, não apenas do setor aquícola. Ele concluiu dizendo que, embora o plano não consiga resolver sozinho questões estruturais como saneamento ou governança de uso da água, ele fornece um norte estratégico e abre espaço para debates, articulações e construção de arranjos institucionais que poderão melhorar a gestão da água a longo prazo. (2:17:11 - 2:20:04)
16. Joel que veio de Alagoas para representar a comunidade onde vive e trabalha há cerca de 20 anos envolvido desde muito jovem com a produção local tomou a palavra. Ele destacou que a comunidade enfrenta muitas dificuldades e carece de apoio técnico, mas vê naquele evento uma oportunidade importante. Segundo ele, há um potencial enorme na região para o cultivo de ostras, mas o ambiente é desafiador, especialmente por causa do regime de chuvas. Apesar disso, eles já receberam apoio e incentivos de diversos projetos no Brasil, incluindo testes e acompanhamentos técnicos. No entanto, observou que ocorre uma situação recorrente: os projetos começam fortes, com até 30 pessoas envolvidas, mas a assistência técnica vai se perdendo com o tempo, e apenas uma parte dos produtores permanece firme, mesmo enfrentando dificuldades ambientais e estruturais. Ele relatou também que a comunidade está ganhando destaque no turismo, o que se tornou um fator essencial para o crescimento local. O local onde vivem, um estuário muito privilegiado, tem recebido muitos visitantes, tanto do Brasil quanto do exterior. Ele mencionou inclusive a presença recente de uma representante estrangeira, reforçando essa visibilidade turística. A produção de ostras transformou-se em um elemento central do turismo na região. Segundo ele, se a atividade de cultivo não tivesse se desenvolvido na comunidade, o turismo não teria crescido da forma como cresceu. Hoje, além da produção de ostras, os moradores têm uma nova fonte de renda: os passeios turísticos ligados ao ambiente natural e ao cultivo. Ele explicou que a associação da comunidade também passou a aproveitar oportunidades adicionais, como o uso da casca das ostras para artesanato, inspirados inclusive pelo exemplo mostrado na reunião, em que animais e conchas já vêm sendo utilizados com criatividade. O participante destacou que a visita frequente de turistas trouxe novos conhecimentos, alertas e oportunidades para os moradores, ampliando a consciência sobre sustentabilidade, agregando valor ao trabalho e transformando a realidade local. Concluiu dizendo que a produção de ostras abriu portas que antes a comunidade não imaginava e trouxe uma nova perspectiva de desenvolvimento sustentável. (2:20:04 - 2:29:57)
17. Adriano, morador de Carapitanga, relatou que a redução da vazão após a construção da hidrelétrica afetou profundamente o ecossistema local, levando ao assoreamento e ao desaparecimento de áreas antes navegáveis e de pesca. Há cerca de 15 anos, ele e outras dez famílias iniciaram o cultivo sustentável de ostras, colhendo sementes diretamente da natureza. Apesar dos esforços, a disponibilidade natural de sementes diminuiu drasticamente, tornando o cultivo cada vez mais difícil. Ele destacou a importância do apoio técnico da Embrapa, que introduziu novas técnicas — especialmente o uso da mesa flutuante — que melhoraram a produção. No entanto, o grupo enfrenta hoje sua maior limitação: a falta de um laboratório de sementes, o que impede a expansão do cultivo e o atendimento da demanda. Adriano fez um apelo para que políticas públicas contemplem também o Nordeste, permitindo que as famílias da comunidade tenham melhores condições de trabalho e de vida. Ele finalizou agradecendo e reforçando sua fé e esperança em dias melhores. (2:29:57 - 2:34:57)
18. Lucas, representante da Associação de Maricultores do Estado de São Paulo (UNESP), parabenizou os trabalhos apresentados e destacou que as conclusões e recomendações foram muito assertivas. Em sua fala, reforçou pontos essenciais para o fortalecimento do setor, como a necessidade urgente de identificar e enquadrar corretamente os trabalhadores da maricultura e de facilitar o acesso ao CNPJ rural, medidas que contribuem para a rastreabilidade e para uma governança integrada alinhada às diretrizes de inovação. Ressaltou também a importância de criar um seguro emergencial para maricultores regularizados, a ser acionado em situações de maré vermelha, fenômeno que tem aumentado de forma preocupante no litoral paulista. (2:34:57 - 2:42:26)
19. A equipe da mesa demonstrou interesse em aprofundar a discussão, solicitando o contato de Lucas para esclarecimentos adicionais, especialmente sobre o enquadramento proposto, e para dar

continuidade às tratativas relacionadas ao seguro e às análises específicas de maré vermelha conduzidas pela CETESB de São Paulo. (2:42:26 - 3:00:01)

20. Ruy Wolf contou que trabalhou com maricultura até 2013, período em que sua empresa desenvolveu produtos inovadores, como ostra fresca congelada, ostra gratinada e outros pratos. Apesar da inovação, ele explicou que a operação acabou sendo inviabilizada pela concorrência ilegal: muitos produtores informais não pagavam funcionários, encargos ou exames sanitários, o que reduzia os custos e gerava preços impossíveis de competir no mercado formal. Segundo ele, embora a qualidade fosse maior na produção legalizada, o mercado priorizava o preço, favorecendo quem atuava fora da legalidade. Depois disso, Ruy passou a trabalhar com produção de algas, mas novamente encontrou um obstáculo regulatório. Ele explicou que existe uma limitação legal: o MAPA só permite o registro de extratos contendo um tipo específico de ácido (ácido alginico, usualmente associado a algas pardas), enquanto as espécies cultivadas por ele possuem outros compostos. Isso impede que o extrato seja regularizado, mesmo sendo produzido corretamente. Essa situação já dura quatro anos e trava o desenvolvimento do setor, pois muitos produtores não conseguem vender o extrato por falta de registro oficial. (3:00:01 - 3:12:55)
21. Ruy perguntou como esse problema está sendo tratado pelo governo. Em resposta, os representantes informaram que o Ministério da Pesca conhece o problema e já iniciou diálogo com o Ministério da Agricultura e estão buscando uma reunião específica para avançar na solução. Assim, a fala de Ruy destacou a importância de corrigir o marco regulatório para viabilizar a produção legal de extrato de algas no país, permitindo que o setor cresça de forma sustentável e competitiva. Foi avisado que o professor Paulo Orta, referência em algas, está preparando um parecer técnico para sugerir mudanças na norma para que seja incluindo outros compostos presentes nas algas cultivadas, revisando completamente os critérios. Existe também uma rede de discussão regulatória dentro do Ministério da Agricultura, aberta à participação de produtores, que deve ser acionada para tratar do tema. Além disso, há estudos sendo conduzidos pela Embrapa e universidades para testar o uso de extratos de algas na agricultura, o que pode contribuir com dados científicos para a regulamentação. (3:12:55 - 3:16:48)
22. Miguel se apresentou como profissional com mais de 20 anos de experiência em algas e destacou que o Brasil começa a viver hoje uma realidade que era sonhada desde a década de 1970. Ele parabenizou o trabalho apresentado e afirmou que o plano está bem estruturado, embora ainda haja muito a ser desenvolvido. Falando sobre macroalgas, Miguel comentou que o país finalmente começa a enxergar possibilidades reais de avanço, algo que sempre foi um desejo antigo — especialmente com a espécie nativa Gracilaria. Apesar disso, ele reconheceu que ainda é difícil alcançar escala comercial, mas acredita que agora existe uma esperança concreta para os produtores. Ele ressaltou que Santa Catarina poderia ser o maior produtor nacional se tivesse águas mais quentes e que o plano surge no momento certo para impulsionar todo esse movimento, reforçando um trabalho que começou ainda na época da antiga SEAP. Miguel também chamou atenção para uma necessidade importante: que o Nordeste sinalize oficialmente o interesse em iniciar atividades de produção de macroalgas. Segundo ele, isso ajudaria a sensibilizar e mobilizar os órgãos ambientais regionais, uma vez que ainda falta muito para que outros estados além de Rio de Janeiro e Santa Catarina avancem significativamente. Ele encerrou agradecendo e se colocando à disposição para colaborar. (3:16:48 - 3:30:58)
23. Em seguida, Sávio, representante da associação de maricultores de Paraty, trouxe duas preocupações principais. A necessidade de apoiar o início das atividades de cultivo de algas no Nordeste, considerando que políticas facilitadoras e ferramentas dentro do plano podem acelerar validações, mitigar entraves e permitir o avanço da produção. A preocupação com concorrência e proteção da produção nacional, especialmente diante do domínio de empresas estrangeiras ligadas ao extrato de algas e da dificuldade enfrentada pelos produtores locais, que muitas vezes encontram barreiras tanto no mercado quanto na pesquisa e na regulamentação. Sávio mencionou ainda que existe um histórico de influência acadêmica e institucional favorável a produtos e tecnologias importadas, o que enfraquece a competitividade das soluções nacionais. (3:30:58 - 3:38:51)

Considerações Finais

1. Felipe Matias respondeu às colocações destacando dois pontos principais:
2. **Sobre o avanço do cultivo no Nordeste:** Felipe afirmou que o plano pode, sim, contemplar ferramentas para apoiar a expansão da macroalgicultura na região. No entanto, destacou que é necessário construir instrumentos amplos, permanentes e estruturantes e não apenas soluções imediatistas para problemas pontuais. Segundo ele, hoje o desafio pode ser o extrato; amanhã, outro produto ou tecnologia pode surgir, e o plano precisa ser capaz de atender a todas essas demandas.
3. **Sobre a ideia de proteção de mercado:** Felipe explicou que medidas protecionistas são complexas e podem gerar efeitos negativos. Lembrou que, ao criar barreiras para importações, o Brasil corre o risco de enfrentar restrições quando quiser exportar. Por isso, enfatizou que a melhor estratégia é fortalecer a competitividade nacional por meio da organização, regulamentação e regularização da produção interna em vez de tentar bloquear diretamente produtos estrangeiros.
4. **Felipe reforçou que sua proposta busca equilíbrio:** melhorar os processos nacionais, garantir segurança jurídica e tecnológica ao setor e evitar decisões precipitadas que possam prejudicar o país no longo prazo.
5. Para finalizar, agradeceu a presença de todos, mencionou uma visita técnica programada e se colocou à disposição para conversas individuais sobre temas específicos, como sementes e outros gargalos da cadeia produtiva. (3:38:51 - 3:49:41)

ENCAMINHAMENTOS:

- Consolidar todas as contribuições no Plano Nacional, incluindo temas técnicos e demandas do setor.
- Incluir recomendações da malacocultura e algicultura no texto final do plano.
- Avançar no debate sobre o extrato de algas, articulando ajustes normativos com o MAPA e especialistas.
- Integrar ministérios e órgãos criando um mapa de responsabilidades para execução das ações.
- Fortalecer a organização setorial, estimulando grupos ou redes de representação dos produtores.
- Inserir no plano o incentivo à pesquisa, unidades demonstrativas e parcerias científicas.
- Rever normas de governança e mercado, incluindo regularização, rastreabilidade e fiscalização.
- Desenvolver proposta de seguro emergencial para maricultores afetados por eventos críticos.
- Finalizar o plano, abrir consulta pública e preparar a versão definitiva.
- Realizar articulações individuais com atores-chave para tratar de temas específicos levantados na reunião.

1. Adriano Santos da Hora
2. Alexandro Anesio Pinheiro
3. Carlos Henrique A De M. Gomes
4. Cintia Regina Vieiga
5. Claudio Pinheiro
6. Diva Sepulveda
7. Edson Carlos De Quadra
8. Everton Gesser Della Giustina
9. Fabiani A. De O. Sokoloski
10. Fabio Faria Brogooli
11. Felipe S. Morais

12. Fernanda Gomes De Paula
13. Gabriel Kouke De S. Sabanay
14. Gabriel Luz S.De C. Vieira
15. Gabriela Crisitna Queiroz
16. Gilberto Manroni
17. Jefferson Legat
18. Joel Carlos Dos Santos Monteiro
19. Juliana Lopes Da Silva
20. Kalinka Lessa Koza – CNA
21. Laura De A. N. Ostives
22. Leonardo Cabral Costa
23. Lucas
24. Luis Henrichsen
25. Marcelo Luiz Nogueira Ramos
26. Marco Shizuo Owatari
27. Marcos Zacarias M. Dos Santos Filho
28. Matheus Pereira Rubi
29. Miguel Sepulveda
30. Paulo César Guimarães Von Krugrer
31. Philipe Medeiros De Castro
32. Rafael Luiz Da Costa
33. Rafael Peregro Marçal
34. Rafaela Gordo Corrêa
35. Ruy A. Wolff
36. Sávio
37. Sergio Winchler Da Costa
38. Simone Súhnel
39. Sirlei De Castro Araújo
40. Tatiana Da Gama Cunha
41. Valeria Gelli
42. Williane Ferreira Menezes



Documento assinado eletronicamente por **Williane Ferreira Menezes, Zootecnista**, em 05/12/2025, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **48698727** e o código CRC **02F113EE**.

Referência: Processo nº 00350.009334/2025-35

SEI nº 48698727